



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

EDITAL

António Manuel Marques de Queirós Pereira, Presidente da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, torna público as seguintes deliberações decorrentes da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 19 de dezembro de 2025, pelas 15h00, com continuação às 20h30, no **Theatro Club da Póvoa de Lanhoso**:

Ponto Um (30`):

Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Dois (15`):

Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas, inerente ao 1º semestre de 2025 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da Câmara Municipal sobre o Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas, inerente ao 1º semestre de 2025 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Ponto Três (15`):

Informação da Câmara Municipal sobre os Relatórios de Execução Orçamental da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, agosto e da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, designadamente:

- a) Relatório de Execução Orçamental do 2.º Trimestre de 2025;
- b) Relatório de Execução Orçamental do 3.º Trimestre de 2025.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da Câmara Municipal sobre os Relatórios de Execução Orçamental da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, agosto e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, designadamente:

- a) Relatório de Execução Orçamental do 2.º Trimestre de 2025;
- b) Relatório de Execução Orçamental do 3.º Trimestre de 2025.

Ponto Quatro (15`):

Proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos e/ou de atribuição de subsídios, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho, para atribuição de apoios financeiros, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos e/ou de atribuição de subsídios, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho, para atribuição de apoios financeiros, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual.

Ponto Cinco (15`):

Proposta da Câmara Municipal para a celebração de contrato interadministrativo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso (N.ª Sra. do Amparo), para atribuição de apoio financeiro no âmbito da manutenção, conservação e limpeza do cemitério municipal, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para a celebração de contrato interadministrativo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso (N.ª Sra. do Amparo), para atribuição de apoio financeiro no âmbito da manutenção, conservação e limpeza do cemitério municipal, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Ponto Seis (15`):

Proposta da Câmara Municipal para a celebração de contrato interadministrativo entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesias ou União de Freguesias, para atribuição de apoio financeiro no âmbito da recolha de lixo, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para a celebração de contrato interadministrativo entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesias ou União de Freguesias, para atribuição de apoio financeiro no âmbito da recolha de lixo, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual.

Ponto Sete (15`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação do Regulamento da Organização dos Serviços, bem como o respetivo Organograma, para o exercício de 2026, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 24 votos a favor, 1 voto contra e 16 abstenções, a proposta da Câmara Municipal para aprovação do Regulamento da Organização dos Serviços, bem como o respetivo Organograma, para o exercício de 2026, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

Ponto Oito (25`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação do Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento para o ano de 2026, dando-se assim cumprimento às disposições previstas da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e, da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 24 votos a favor, 1 voto contra e 16 abstenções, a proposta da Câmara Municipal para aprovação do Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento para o ano de 2026, dando-se assim cumprimento às disposições previstas da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e, da alínea a) do n.º 2 do artigo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação.

Ponto Nove (20`):

Proposta da Câmara Municipal para alteração dos tarifários dos serviços de abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos no ano 2026, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 24 votos a favor e 17 votos contra, a proposta da Câmara Municipal para alteração dos tarifários dos serviços de abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos no ano 2026, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Ponto Dez (15`):

Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento da prescrição e incobrabilidade das dívidas emitidas e não pagas até 31 de dezembro de 2017 e respetiva anulação contabilística.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para reconhecimento da prescrição e incobrabilidade das dívidas emitidas e não pagas até 31 de dezembro de 2017 e respetiva anulação contabilística.

Ponto Onze (15`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação do protocolo entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) para a cobrança coerciva de dívidas.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação do protocolo entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) para a cobrança coerciva de dívidas.

Ponto Doze (15`):

Proposta da Câmara Municipal para:

1. Revogação parcial da deliberação do ponto 2 da reunião de câmara realizada a 24 de novembro de 2025, designadamente da sua alínea b), referente à aprovação da fixação da taxa de derrama para 2026 em 1,2%, com aplicação de isenção para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no período anterior não ultrapasse €150.000,00, para os efeitos previstos na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

de setembro, conjugado com o n.º 1, do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

Deliberação 1.: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 26 votos a favor e 15 abstenções, a proposta da Câmara Municipal para revogação parcial da deliberação do ponto 2 da reunião de câmara realizada a 24 de novembro de 2025, designadamente da sua alínea b), referente à aprovação da fixação da taxa de derrama para 2026 em 1,2%, com aplicação de isenção para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no período anterior não ultrapasse €150.000,00, para os efeitos previstos na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1, do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

2. Fixação da taxa de derrama para 2026 em 1,2%, e fixação da taxa reduzida em 0,01% para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no período anterior não ultrapasse €150.000,00, para os efeitos previstos na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os n.ºs 1 e 24, do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Deliberação 2.: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 24 votos a favor e 17 votos contra, a proposta da Câmara Municipal para fixação da taxa de derrama para 2026 em 1,2%, e fixação da taxa reduzida em 0,01% para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no período anterior não ultrapasse €150.000,00, para os efeitos previstos na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os n.ºs 1 e 24, do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

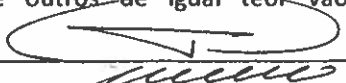
Ponto Treze (50`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026, bem como das correspondentes normas de execução orçamental, nos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia Municipal.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 25 votos a favor, 11 votos contra e 6 abstenções, a proposta da Câmara Municipal para aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026, bem como das correspondentes normas de execução orçamental, nos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Este edital e outros de igual teor vão ser afixados nos locais de estilo que, eu, , Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, subscrevo.

Póvoa de Lanhoso, 23 de dezembro de 2025.

O Presidente da Assembleia Municipal,

Assinado por: ANTÓNIO MANUEL MARQUES DE QUEIRÓS PEREIRA
Num. de Identificação: 08741378
Data: 2025.12.28 18:21:58+00'00'

António Manuel Marques de Queirós Pereira, dr.